



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E JURÍDICAS ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

GABRIELA DE OLIVEIRA BARRETO

**TERCEIRO SETOR NO RIO DE JANEIRO: Papel das Organizações Sociais, sob
a perspectiva das pessoas gestoras entrevistadas, na elaboração de políticas
públicas para melhoria de qualidade de vida da população negra**

RIO DE JANEIRO

2022



GABRIELA DE OLIVEIRA BARRETO

TERCEIRO SETOR NO RIO DE JANEIRO: Papel das Organizações Sociais, sob a perspectiva das pessoas gestoras entrevistadas, na elaboração de políticas públicas para melhoria de qualidade de vida da população negra

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à Escola de Administração Pública da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Msc. Rossandro Ramos

RIO DE JANEIRO

2022

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

O273 Oliveira Barreto, Gabriela
TERCEIRO SETOR NO RIO DE JANEIRO: Papel das OSCs
na elaboração de políticas públicas para melhoria de
qualidade de vida da população negra / Gabriela
Oliveira Barreto. -- Rio de Janeiro, 2022.
44

Orientador: Rossandro Ramos.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Graduação em Administração Pública, 2022.

1. Terceiro Setor. 2. Políticas Públicas. 3.
Sociedade Civil . 4. População Negra. I. Ramos,
Rossandro , orient. II. Título.

GABRIELA DE OLIVEIRA BARRETO

TERCEIRO SETOR NO RIO DE JANEIRO: Papel das Organizações Sociais, sob a perspectiva das pessoas gestoras entrevistadas, na elaboração de políticas públicas para melhoria de qualidade de vida da população negra

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à Escola de Administração Pública da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Msc. Rossandro Ramos

Aprovado em: 03 de Agosto de 2022.

Banca examinadora:

Prof. Msc. Rossandro Ramos

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Ana Luiza Szuchmacher Veríssimo Lopes

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Thamyres Sabrina Gonçalves

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

AGRADECIMENTOS

Primeiro, agradeço a Deus. Entendo que nenhum esforço que eu tenha feito seria suficiente sem a graça que me foi concedida por Ele para completar, não só essa tarefa, mas tudo o que faço na vida.

Aos meus pais, Ivone de Oliveira e José Djalma da Silva Filho, pessoas que me inspiram a minha vida toda e que sempre possibilitaram as melhores condições para que eu pudesse trilhar o meu caminho. O amor e a força de vocês são o verdadeiro combustível que me fazem enfrentar os desafios. Agradeço também ao meu irmão, Márcio Augusto de Oliveira Barreto, que sempre foi um espelho pra mim e me impulsionou a querer ser forte e a perseverar como ele.

Ao meu pai, Márcio Luiz dos Santos Barreto, que com sua grande inteligência me motivou a buscar ser como ele e como homem negro, me deu essa raiz que é tão importante e fundamental na minha trajetória.

Agradeço aos meus amigos: Laura, Victor, Luiza, Vitória, Cinthia, Gabriel e Amanda. Obrigada por cada momento, cada troca e cada conselho. Vocês foram fundamentais na minha caminhada até aqui e eu tive o prazer de dividir o caminho com vocês. Foi incrível. A Karolaine Silva, amiga que me ajudou na condução do trabalho, facilitando minha conexão com as organizações e sendo fundamental para a construção da pesquisa. Além disso, em especial, quero agradecer a Gabryela Lopes, amiga que dividiu cada angústia da fase final da elaboração do trabalho. Amiga, você foi uma força extra que me impulsionou a concluir esta etapa, sem você teria sido muito mais difícil.

Aos meus amigos de vida, que não vou citar um a um, para não correr o risco de esquecer ninguém. Sei que ao lerem o trabalho saberão quem são. Obrigada por dividirem a caminhada comigo e por serem sempre meu apoio e um consolo feliz e presente, com certeza sou mais feliz com vocês.

A Thais Gomes, Claudia Cruz e Lia Manso, sem vocês o meu trabalho não teria sentido. Obrigada pela troca genuína nas entrevistas, pelo tempo dedicado e pelo trabalho incrível que vocês vêm desempenhando.

“Amar muitas coisas, por aí que reside a verdadeira força, e quem ama muito executa muito, e pode realizar muito mais, e aquilo que é feito com amor é bem feito.”

Vincent Van gogh

RESUMO

O presente trabalho de monografia tem como objetivo entender como as organizações sociais do terceiro setor, localizadas na cidade do Rio de Janeiro, contribuem para a promoção de políticas de melhoria de qualidade de vida da população negra sob a perspectiva das pessoas gestoras entrevistadas. Para o desenvolvimento da pesquisa, apresentou-se uma revisão bibliográfica em torno da Reforma do Estado em 1995, que teve como norteador o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), esse que conduziu uma mudança na atuação da sociedade civil organizada na época, mudando a forma como as organizações sociais passaram a atuar. Nesse sentido, também foi apresentado um panorama sobre as questões raciais que envolvem a sociedade brasileira, bem como as políticas públicas que envolvem tanto a atuação direta das organizações sociais, quanto as temáticas raciais. Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada com coordenadoras de organizações sociais para se entender o funcionamento das mesmas e como elas contemplam o objetivo da pesquisa. Os resultados da pesquisa sugerem que o terceiro setor é um setor que promove políticas públicas e, como proposto pelo trabalho, incide sobre questões raciais, garantindo uma sociedade civil cada vez mais organizada e representada.

Palavras-chave: Organizações Sociais. Políticas Públicas. Sociedade Civil. Terceiro Setor. População Negra.

ABSTRACT

This present monograph work aims to understand how the social organizations of the third sector, located in the city of Rio de Janeiro, contribute to the promotion of policies to improve the quality of life of the black population. For the development of the research, a bibliographic review was presented around the State Reform in 1995, which was guided by the Master Plan for the Reform of the State Apparatus (MPRSA), which led to a change in the performance of organized civil society in time, changing the way social organizations began to act. In this sense, an overview was also presented on racial issues that involve Brazilian society, as well as public policies that involve both the direct action of social organizations and racial issues. For this, bibliographic research and semi-structured interviews were carried out with coordinators of social organizations to understand their functioning and how they contemplate the research objective. The research results suggest that the third sector is a sector that promotes public policies and, as proposed by the work, focuses on racial issues, ensuring an increasingly organized and represented civil society.

Keywords: Social Organizations. Public policies. Civil society. Third sector. Black population.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Coleta de dados.....	27
Quadro 2 - Perfil das Organizações.....	28
Quadro 3 - Roteiro das entrevistas.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OMS	Organização Mundial da Saúde
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
OS	Organização Social
OSCIP	Organização Social da Sociedade Civil de Interesse Público
MUCDR	Movimento Unificado contra a Discriminação Racial
MNU	Movimento Negro Unificado
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
PL	Projeto de Lei
PSB	Partido Socialista Brasileiro
STF	Supremo Tribunal Federal
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Contexto da Problemática	12
1.2 Objetivos da Pesquisa	13
1.2.1 Objetivo Principal	13
1.2.2 Objetivos Intermediários	13
1.3 Relevância da Pesquisa	14
1.4 Delimitação da Pesquisa	14
1.5 Organização do Trabalho	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 A reforma do Estado e o papel que o terceiro setor passa a desempenhar na sociedade brasileira	16
2.2 A promoção de Políticas Públicas pelo Terceiro Setor	19
2.3 Racismo individual, estrutural e institucional	21
2.4 Políticas públicas e a temática racial no Brasil	23
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	25
3.1 Abordagem metodológica	25
3.2 Sujeitos da Pesquisa	26
3.2.1 Apresentação do Perfil das Organizações	27
3.3 Coleta de dados	30
3.4 Limitações da Pesquisa	32
4. ANÁLISE DE RESULTADOS	32
4.1 Análise das Entrevistas	32
4.1.1 O entendimento de políticas públicas das organizações entrevistadas	32
4.1.2 Aporte do Estado as organizações entrevistadas	35
4.1.3 Mensuração de resultados dos projetos executados pelas organizações	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
5.1 Sugestões para futuras pesquisas	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contexto da Problemática

As organizações sociais do terceiro setor surgem em um contexto de resolver questões relacionadas ao meio ambiente, saúde, educação, assistência social e direitos humanos. Não eram entidades governamentais, ou seja, não tratavam de serviços públicos nos moldes tradicionais e nem eram do setor empresarial, substituindo lucrativamente a ausência do poder público (AMARAL, 2003). Nesse sentido, o setor é denominado “terceiro setor”, que é identificado como intermediário entre o Estado e o mercado, pois, como destaca Amaral (2003) “atua, frequentemente, na provisão de bens de interesse de amplos segmentos da sociedade”.

O papel das organizações do terceiro setor é fundamental e estratégico no âmbito de qualquer sociedade que entenda a importância do desenvolvimento social e a consolidação dos valores democráticos e comprometidos com a solidariedade humana. Muito mais do que caminhar para o assistencialismo, mas também rumando para construção de uma sociedade civil organizada e propulsora na elaboração de políticas públicas, complementando o raciocínio, Amaral (2003) destaca que “a expansão do terceiro setor é, em parte, fruto da redemocratização do país, que contribuiu com a proliferação e o amadurecimento de iniciativas da sociedade civil”. Além disso, neste trabalho, política pública deve ser entendida como uma ação que busca responder a um problema público, estando centrada na origem do problema a ser enfrentado, e não em quem formula a política (SECCHI, 2010).

Dentro das diversas causas pelas quais o terceiro setor busca resolver, esta pesquisa irá focar na luta contra o racismo e as desigualdades raciais. Isso se explica, porque a luta contra o racismo no Brasil ainda é algo muito incipiente, dado que só foi reconhecido por um presidente, de maneira pública, em 1995, com a figura de Fernando Henrique Cardoso (THEODORO, 2013). Dessa forma, é possível perceber que ainda há certa negação em relação ao comportamento racista e ao racismo estrutural, tendo seus efeitos diminuídos apenas às desigualdades sociais.

Durante o período da redemocratização, que antecede a Reforma do Estado¹ (1995), o Movimento Negro, que era uma organização de luta dos negros, para resolver os problemas provenientes dos preconceitos raciais, reorganiza-se com o intuito de reivindicar direitos e de propor políticas públicas que fossem capazes de reduzir as desigualdades e a discriminação racial.

O presente trabalho busca entender como as organizações sociais do terceiro setor, alocadas no Rio de Janeiro, vem desempenhando um trabalho voltado à promoção de políticas públicas, sob a perspectiva das pessoas gestoras entrevistadas, que resultem na melhoria da qualidade de vida para a população negra da cidade.

1.2 Objetivos da Pesquisa

1.2.1 Objetivo Principal

Entender a contribuição das organizações sociais do Terceiro Setor, sob a perspectiva das pessoas gestoras entrevistadas, localizadas na cidade do Rio de Janeiro, para a promoção de políticas públicas de melhoria da qualidade de vida das pessoas negras.

1.2.2 Objetivos Intermediários

Os seguintes objetivos intermediários são necessários para o alcance do objetivo principal:

- A. Demonstrar a relevância das organizações sociais do terceiro setor para o arcabouço da promoção de políticas públicas raciais.
- B. Apontar como as organizações sociais do terceiro setor, localizadas na cidade do Rio de Janeiro, enxergam o conceito de políticas públicas; e
- C. Indicar como é feita a mensuração de resultados das políticas públicas elaboradas pelas organizações sociais abordadas na pesquisa.

¹ <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6289/4880>

1.3 Relevância da Pesquisa

Com o advento da Reforma do Estado, que ocorreu em 1995, as atividades que antes eram de total responsabilidade do Estado, passaram a ter a possibilidade de serem desempenhadas pela terceira via. Nesse sentido, tomando por base o conceito multicêntrico de Políticas públicas, que afirma que essa é uma diretriz elaborada para enfrentar um determinado problema público (SECCHI, 2010), pode-se entender que as organizações que compõem o Terceiro Setor, passam a ser propulsoras de políticas públicas.

Dentro deste contexto, de desenvolvimento de políticas públicas pelas organizações sociais, a presente pesquisa busca compreender como essas políticas podem melhorar a qualidade de vida de pessoas negras na cidade do Rio de Janeiro. O foco nas pessoas negras é dado porque a sociedade brasileira ainda é extremamente desigual e permeada por estruturas racistas, Almeida (2019) pontua que “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional”.

Portanto, em razão da grande desigualdade racial e do potencial que o Terceiro Setor tem para formular e entregar políticas públicas, mobilizando a sociedade civil e permitindo que as políticas sejam pensadas no âmbito da sociedade e devolvidas para elas. Este trabalho é relevante no sentido de trazer a luz organizações sociais do terceiro setor atuantes na cidade do Rio de Janeiro e a forma como elas tem trabalhado e mensurado as políticas públicas de melhoria de qualidade de vida da população negra da cidade.

1.4 Delimitação da Pesquisa

O estudo limitar-se-á a análise de organizações sociais do terceiro setor, localizadas no Rio de Janeiro, pois essas são alvo do objetivo da pesquisa. A escolha da cidade deu-se por ser a cidade de moradia da autora, facilitando o contato e o conhecimento do trabalho realizado pelas organizações. Além disso, serão levantadas questões relacionadas ao papel do Estado, após a Reforma do Estado que ocorreu em 1995 e como isso ampliou o escopo de atuação da sociedade civil organizada e sua atuação na promoção de políticas públicas.

Além disso, escolheu-se adicionar ao tema o conceito de "qualidade de vida" pois esse envolve, segundo a OMS (1995) "a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações". Nesse sentido, o conceito abarca o bem estar do indivíduo de maneira geral, envolvendo questões físicas, mentais, emocionais, além de sociais, saúde, educação, habitação e saneamento básico.

Ademais, as pessoas que serão entrevistadas precisam necessariamente atuar em cargos de gestão nas organizações participantes do estudo, pois entende-se que as pessoas que ocupam estes cargos têm maior conhecimento do trabalho desenvolvido pela organização, podendo trazer um panorama mais amplo de atuação e com mais propriedade na fala.

1.5 Organização do Trabalho

A estrutura deste trabalho iniciou-se com a parte introdutória, que buscou expor de maneira sucinta o que será abordado durante os capítulos seguintes, de forma a trazer uma base sobre contribuição das organizações sociais do Terceiro Setor para o ramo das políticas públicas de melhoria da qualidade de vida das pessoas negras na cidade do Rio de Janeiro.

O segundo capítulo diz respeito ao "Referencial Teórico", dividido em quatro (4) subtópicos, sendo o primeiro sobre o panorama histórico da Reforma do Estado Brasileiro e o papel que o terceiro setor passa a desempenhar no Brasil, o segundo, abordando a promoção de políticas públicas pelo terceiro setor, o terceiro, trazendo o racismo individual, estrutural e institucional, e, por último, as políticas públicas e a questão racial no Brasil.

O terceiro capítulo aborda a "Metodologia da Pesquisa", explorando a abordagem metodológica, os sujeitos envolvidos na pesquisa, a apresentação das organizações que participaram do trabalho, a coleta de dados e as limitações da pesquisa.

O quarto capítulo, "Análise de Resultados", corresponde a análise dos resultados obtidos por meio do estudo em questão, com a presença de quadros e análise das entrevistas realizadas.

E, por fim, o quinto capítulo, que diz respeito às “Considerações Finais”, que traz uma breve reflexão de todo o estudo realizado, bem como os seus resultados, as fases da pesquisa e sugestões para próximos estudos que forem realizados sobre o tema.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A reforma do Estado e o papel que o terceiro setor passa a desempenhar na sociedade brasileira

Mobilizado pelo modelo de desenvolvimento que os Governos vinham adotando nas décadas passadas, o Estado desviou-se de sua função básica de ampliar sua presença no setor produtivo, acarretando em uma gradual deterioração dos serviços públicos, que afetou, majoritariamente, a parcela menos favorecida da população, agravou a crise fiscal e, por consequência, a inflação (BRESSER, 1998). Deste modo, impulsionado pelo Estado de crise econômica instaurado no Brasil em meados dos anos 90, foi elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado, sob a gestão do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). Nesse sentido, afirma Bresser (1998):

A reforma do Estado é vista frequentemente como um processo de redução do tamanho do Estado, envolvendo a delimitação de sua abrangência institucional e a redefinição de seu papel. (BRESSER, 1998)

A Reforma do Estado tinha a proposta de trazer melhorias, não só para a organização pessoal do Estado, mas também para a parte financeira e para todo o sistema institucional-legal, permitindo que o mesmo tivesse uma relação de harmonia e positividade com a sociedade civil. Dessa forma, elaborou-se o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), que tinha como base três eixos predominantes, segundo Bresser (1998), a delimitação das funções do Estado, por meio de programas como: a privatização, que é o processo de transformar uma empresa estatal em privada, a publicização, que é a forma de transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado e por fim, a terceirização, que é o processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio.

O presente estudo dará foco ao conceito de publicização, essa que foi pensada com o objetivo de distinguir-se do termo privatização e ela dá início ao aumento do

papel do terceiro setor na sociedade brasileira, consistindo em criar organizações sociais, ou seja:

através de um programa de publicização, transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle. (PDRAE, 1995)

Com a função de gerenciar e de executar serviços semelhantes aos da administração de hospitais, universidades, museus e etc. Essas organizações sociais poderiam receber financiamento do Estado, apesar de serem administradas por grupos privados, da sociedade civil sem fins lucrativos.

Outro tópico importante a ser destacado e que está ligado a atuação das organizações sociais, é sobre os tipos de propriedade. Além de propriedade privada e da estatal, existe uma outra forma de propriedade relevante no capitalismo contemporâneo: a propriedade pública não-estatal. Comumente, tende-se a definir apenas duas formas de propriedade: a pública, vista como sinônimo de estatal e a privada. Bresser (1998) afirma que, devido ao caráter dual do direito - ou temos direito público ou privado - isso leva as pessoas a se direcionarem a entidades de caráter majoritariamente público, sem fins lucrativos, como privadas. Sendo assim, o autor destaca:

se definirmos como público aquilo que está voltado para o interesse geral, e como privado aquilo que é voltado para o interesse dos indivíduos e suas famílias, está claro que o público não pode ser limitado ao estatal, e que fundações e associações sem fins lucrativos e não voltadas para a defesa de interesses corporativos, mas para o interesse geral não podem ser consideradas privadas. (BRESSER, 1998)

A publicização foi a forma que o Estado encontrou para dar concessão dos serviços públicos para as organizações do terceiro setor, transformando a lógica do Estado promotor de políticas públicas, para um Estado agente de regulação e reconhecimento de organizações e também, ao repasse de recursos para instituições da sociedade civil, que competem entre si pela execução de projetos/políticas públicas.

O conceito de "Sociedade Civil" é bem explicado por Bresser (1999), ele diz que a Sociedade Civil se distingue do povo de maneira que, enquanto o povo é formado por um conjunto de cidadãos com direitos e poderes iguais, na sociedade civil os

direitos ainda são iguais, mas os poderes diferem dependendo de três fatores: a organização, o dinheiro e o conhecimento. Nesse sentido, Bresser (1999) afirma:

Quem tem conhecimento técnico e organizacional que lhe permite dirigir as organizações ou influenciar as pessoas com base naquilo que diz ou escreve, tem mais poder do que aqueles que não dispõem desse conhecimento. (BRESSER, 1999)

É importante destacar ainda que, a sociedade civil se comporta como um conjunto de lutas ideológicas onde os grupos de interesse buscam alcançar uniformidade, reformar o Estado e tornarem-se influências na elaboração de políticas. Dessa forma, é na sociedade civil que os valores sobre ética e civilização são afirmados, por meio de grupos que são portadores desses valores e buscam exercer influência.

O fomento à ação da Sociedade Civil, representada pelas organizações do terceiro setor, significou a profissionalização das organizações não governamentais e a inicialização de projetos novos, em que o Estado passou a ser, também, patrocinador. Nesse sentido, há um fortalecimento do terceiro setor, tanto institucional como político, tornando-se um dos setores mais adequados para a promoção de soluções para políticas públicas eficientes e inovadoras.

Ainda dentro do contexto da Reforma do Estado, antes as organizações que compunham o terceiro setor eram nomeadas apenas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que, segundo o Perfil das Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público em Atividade no Brasil (2020), são instituições privadas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, autoadministradas, ou seja, capazes de gerenciar suas próprias atividades, e voluntárias, na medida em que podem ser constituídas por qualquer grupo de pessoas. No entanto, desde o fim dos anos 1990, essas passaram a receber o título de Organização Social (OS) ou Organizações Sociais da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Dessa forma, essas qualificações, de ordem jurídica, são concedidas pela Administração Pública municipal, estadual ou federal para que a entidade receba benefícios de governos e órgãos públicos (seja na forma de estabelecimento de parcerias, dotações orçamentárias, isenções fiscais etc.) para realizar suas atividades, que devem ser, necessariamente, de interesse público. Segundo o Perfil das Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público em Atividade no Brasil (2020):

As qualificações OS e OSCIP são modelos de cooperação mútua entre OSCs e poder público que permitem a transferência para entidades da sociedade civil de certas atividades tradicionalmente exercidas pelo Poder Público, sem a necessidade de concessão ou permissão. Trata-se de um instrumento de parceria, que, em última instância, visa contribuir com a maior eficiência no desempenho de serviços públicos sociais, ao mesmo tempo que permite um maior controle sobre a aplicação das verbas orçamentárias repassadas, e a valorização do terceiro setor. (Perfil das Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público em Atividade no Brasil, 2020)

2.2 A promoção de Políticas Públicas pelo Terceiro Setor

Tendo em vista o universo das Políticas públicas, é imprescindível diferenciar os termos “*politics*” e “*policy*”. O primeiro, segundo Bobbio (2002), alude a uma iniciativa humana de obter e fazer a manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem, já o segundo, expresso pelo termo “*policy*”, expressa orientação para a ação. Sendo assim, a expressão “política pública”, está diretamente ligada ao sentido da palavra “*policy*”.

O presente trabalho tem como base a abordagem de Política Pública Multicêntrica, que dialoga com a definição de “*policy*” e que, segundo Secchi (2010), diz que a essência do conceito das políticas públicas é de que essa recebe o adjetivo “pública” porque busca responder a um problema público. Desse modo, o que importa na abordagem, não é quem formula a política, mas a origem do problema a ser enfrentado. Dessa maneira, as políticas públicas são elaboradas dentro do aparato legal do Estado, embora as iniciativas e decisões tenham diversas origens. O autor, Heidemann (2010, apud LIMA, 2012) afirma que:

A perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover políticas públicas. (HEIDEMANN, 2010 apud LIMA, 2012)

Dada a definição de Política Pública a ser considerada no trabalho, aborda-se agora a figura do cidadão, que querendo participar mais, além de utilizar recursos jurídicos, viu no terceiro setor uma forma eficaz de atuar no *lòcus* governamental. Isso porque o terceiro setor influi de maneira mais direta e concreta, não só sendo influente nas decisões políticas, mas também, auxiliando na implantação e identificação das políticas públicas que impactam de forma eficaz a sociedade. Dessa forma, a terceira via configura um canal de comunicação entre governantes e governados,

contribuindo, fiscalizando e exigindo a implantação de políticas públicas que respondam de fato às necessidades dos beneficiários.

Como uma das formas de inovação em relação à participação da sociedade civil nas tomadas de decisões políticas, pode-se citar o controle social que a população passa a exercer por meio da participação de organizações representativas nos conselhos deliberativos. Nesse sentido, os Conselhos Gestores de Políticas Públicas surgiram por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988, que prevê, no capítulo de Seguridade Social², “o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados”. Assim sendo, nasce um novo jeito de permitir que a sociedade civil participe da formulação e do controle das políticas públicas (GONÇALVES, 2006).

Carmen Gonçalves (2006) destaca ainda em sua tese que as novas formas de participação estabelecidas, bem como a constituição dos conselhos, fizeram com que o Governo e a Sociedade Civil participassem de maneira mais equiparada na definição das políticas públicas, ou seja, a ampliação do processo democrático, permitiu o aumento do poder da sociedade política juntamente com o aumento do poder da sociedade civil. Dessa forma, a construção desses espaços de participação do Terceiro Setor, em que são discutidas questões relacionadas às políticas sociais, representa avanço no que diz respeito às políticas públicas no Brasil. Isto posto, destaca Demo (1999, apud GONÇALVES, 2006) sobre o aumento de participação da Sociedade Civil:

A participação não é algo dado nem concedido como dádiva, mas é, sim, um processo de conquista. A conquista de participação nesses espaços significa uma mudança em termos de igualdade democrática, pois a participação da sociedade civil não se refere somente à reivindicação de direitos sociais, mas também à definição dos rumos das políticas públicas. (DEMO, 1999, apud GONÇALVES, 2006)

É de suma importância destacar que o papel que a sociedade civil organizada desempenha não é de controle, nem de complemento de ações do Estado ou de atuação em setores que o Estado se faz ausente, pelo contrário, o terceiro setor

²ver capítulo sobre seguridade social aqui:

<https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/html/leginfra/ArtCF2130.htm#:~:text=Art.,previ d%C3%AAncia%20e%20%C3%A0%20assist%C3%AAncia%20social.>

desempenha um papel imprescindível para o desenvolvimento das dimensões sociais, econômicas, culturais, ambientais e etc. Sendo assim, a terceira via é responsável por organizar a sociedade civil, para que ela possa exercer efetivamente o seu papel ativo na sociedade por meio de parcerias, tanto com o Estado, quanto com o mercado.

Ainda é importante destacar que as organizações da sociedade civil é um caminho que possibilita que os indivíduos participem de maneira efetiva na proposição de políticas públicas, traduzindo os anseios reais que permeiam as necessidades da sociedade, permitindo assim, que as políticas partam dos reais anseios da sociedade para os Governos, e não ao contrário. Nesse sentido, esse é o fator que diferencia as organizações do terceiro setor das demais de cunho econômico ou ideológico existentes.

2.3 Racismo individual, estrutural e institucional

Para falar de racismo é necessário distingui-lo em três termos: racismo individual, racismo institucional e estrutural. O primeiro, é dito como “patologia”, que seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados, ou ainda, uma “irracionalidade”, a ser combatida juridicamente com sanções civis. Sendo assim, a concepção individualista pode não admitir a existência de “racismo”, mas apenas de “preconceito”, pois ressalta a natureza psicológica em detrimento da política (ALMEIDA, 2018).

O racismo individual não prevê instituições ou sociedades racistas, mas pessoas racistas, que agem de maneira pessoal ou em grupos. Ainda que possa ocorrer de maneira indireta, dentro dessa perspectiva, ele é majoritariamente direto.

Agora, sob a perspectiva do racismo institucional, esse não tem uma percepção individual, mas sim atua como resultado do funcionamento das instituições que agem em uma dinâmica que confere, mesmo que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça. Dentro dessa perspectiva institucional, as instituições moldam o comportamento humano. Theodoro (2013) destaca que:

A ausência de negros em posições de comando nas grandes empresas, a inexistência de negros em postos de destaque no Estado ou na Igreja são marcas indeléveis do preconceito em sua dimensão maior, também conhecida como racismo institucional. (THEODORO, 2013)

O racismo institucional é sutil e permeia as camadas da sociedade e maneiras mais nocivas, mas menos perceptíveis, sendo menos identificável de maneira individual. Dessa forma, em muitos casos, ele é originário de camadas estabelecidas e respeitadas da sociedade, recebendo muito menos condenação pública que o formato individual.

A desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas em grupos isolados ou de indivíduos racistas, mas principalmente porque as instituições são dominadas por determinados grupos raciais que se utilizam de mecanismos raciais para impor seus interesses políticos e econômicos.

A concepção de racismo institucional representou grande avanço nos estudos relacionados às questões raciais, pois demonstrou que o preconceito racial transcende as ações individuais, e também, ao destacar o tamanho do poder como elemento construtivo das relações raciais, “mas não somente do poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional”, aponta (ALMEIDA, 2018)

Apesar dos avanços que vieram junto com a concepção do racismo institucional, ainda temos questões que persistem. É importante destacar que se falamos em racismo institucional, as instituições, de algum modo, têm seus padrões racistas vinculados a uma ordem social a qual ela visa resguardar. Dessa forma, as instituições apenas materializam o modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes. Isso denota que as instituições são racistas, porque a sociedade é racista. Então, entramos na seara do racismo estrutural, Almeida (2018) destaca sobre isso que:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que “ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucional, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (ALMEIDA, 2018)

O racismo não é algo criado pelas instituições, mas algo reproduzido por elas. A problemática disso é que se a sociedade nota o racismo presente em seu cotidiano, mas não o combate como um problema de desigualdade racial, isso facilita a reprodução de práticas racistas. Esse padrão é o que acontece nos governos, empresas e escolas, invadindo as camadas sociais em que não há mecanismos institucionais para tratar conflitos raciais (ALMEIDA, 2018).

2.4 Políticas públicas e a temática racial no Brasil

A garantia dos direitos encontra-se falha à medida que permeada por estruturas preconceituosas e discriminatórias em razão das questões raciais. O racismo é um problema de ordem pública e que o combate deve ser responsabilidade das instituições políticas.

Segundo Theodoro (2013) a sociedade racista é responsável por desenvolver mecanismos de restrição, limitação e exclusão social. Condiciona o indivíduo negro a barreiras que limitam suas condições de mobilidade social, associando-os à pobreza e miséria até levá-los a alienação, e, no limite, à morte.

Para clarificar o assunto, faz-se necessária a distinção de dois termos dentro do universo do racismo: o preconceito e a discriminação. O primeiro, é o julgamento que tem por base o estereótipo acerca de indivíduos que pertencem a um determinado grupo racializado, podendo, ou não, resultar em práticas discriminatórias, como por exemplo, ao considerar pessoas negras violentas. Já a discriminação racial, é atrelada ao fato de tratar pessoas de grupos racialmente identificáveis de maneira diferenciada. Nesse sentido, a prerrogativa da discriminação é o poder, a possibilidade do uso da força. Se por um lado, a discriminação tem amparo legal e é enfrentada pela polícia, o preconceito, por outro lado, deve ser enfrentado com mudanças na estrutura política, por meio das políticas públicas (ALMEIDA, 2018).

Como expressão da luta contra o racismo em forma de organização política, tem-se Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR), esse que surgiu na cidade de São Paulo, em 1978 com o intuito de lutar contra o racismo e a discriminação racial no país. O movimento passou por uma fragmentação ao longo do tempo e ficou conhecido como Movimento Negro Unificado (MNU), tornando-se uma das entidades mais conhecidas e representativas do Movimento Negro brasileiro.

Tamanho foi a relevância do MNU que, em 1986, a organização realizou uma “Convenção Nacional do Negro pela Constituinte”, em Brasília, com a presença de vários representantes negros e apoiadores da luta antirracista, além de representantes de outros movimentos sociais, civis e políticos. Nesse evento, foi elaborada uma lista de demandas a serem incorporadas à Nova Constituição Federal de 1988. Assim, é perceptível como a sociedade civil organizada tem poder para implementar e ser propulsora de requisição de direitos e políticas públicas³.

Em razão de esforços mobilizados pelo MNU e outras entidades parceiras, em 1995, foi realizada em Brasília a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida”. Na data, foi entregue ao presidente atual, Fernando Henrique Cardoso o “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial”, esse denunciava o racismo e propunha ações e metas para reverter a situação que assolava a população negra do Brasil. A resposta que o presidente deu foi a criação do GTI (Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra). Dessa forma, diversas propostas começaram a surgir do GTI e muitas delas envolviam algum tipo de ação afirmativa, ou seja, políticas públicas. O desenho delas deveria culminar na promoção de acesso a emprego e educação para a população negra (THEODORO, 2013).

Cinco anos depois, houveram mais avanços em relação às políticas de combate ao racismo. Em 2000, parlamentares apresentaram a PL 3198/00 que foi aprovada em 2002 e resultou, 8 anos depois, na Lei 12.288, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial. Ao longo da tramitação no Congresso, o Estatuto possibilitou a incorporação de avanços institucionais importantes para a população negra (JORGE; BESERRA; MOURA, 2016).

Durante o Governo Lula o tema ganhou outro patamar com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), órgão responsável por promover a igualdade e a proteção de grupos raciais e étnicos afetados por discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra, segundo Jorge, Beserra e Moura (2016), a SEPPIR “reafirma o compromisso do governo com a construção de uma política voltada aos interesses reais da

³ <https://historiaecultura.ciar.ufg.br/modulo2/capitulo8/conteudo/1-4.html>

população negra e de outros segmentos étnicos discriminados”. Apesar do avanço na discussão do tema, a aglutinação do órgão com outros durante o governo Dilma e a sua instabilidade no Governo Temer, revelaram dificuldades institucionais e certo retrocesso na luta contra o racismo e que perdura até os dias atuais.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente capítulo irá apresentar o percurso metodológico utilizado para a realização desta pesquisa, com o intuito de responder ao objetivo da mesma.

Ademais, no tópico a seguir será tratado a respeito do processo de definição da metodologia, considerando o contexto no qual a pesquisa e o objeto de estudo estão inseridos, apontado no tópico seguinte a abordagem metodológica utilizada.

3.1 Abordagem metodológica

Para compreender como as organizações do terceiro setor têm se encarregado de elaborar políticas públicas de melhoria de qualidade de vida, sob a perspectiva das pessoas gestoras entrevistadas, para a população negra da cidade do Rio de Janeiro, optou-se por utilizar a abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2001) a abordagem qualitativa:

se preocupa, [...], com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001)

O ponto qualitativo desta abordagem está no relacionamento dialogal entre o entrevistador e o entrevistado, assim, destaca-se a produção de conhecimento por meio do diálogo (DEMO, 1995). Nesse sentido, o interesse no significado que os entrevistados dão ao tema tornam-se focos de atenção na produção da pesquisa, tendo uma necessidade de capturar a perspectiva do entrevistado (LUDKE; ANDRE, 1986).

A pesquisa realizada é de cunho exploratório, em que ocorreu contato com o objeto de estudo, os atores envolvidos e com as obras voltadas tanto para políticas públicas, quanto para a atuação do terceiro setor e para questões raciais. Para Gil (2002) esse tipo de pesquisa tem como objetivo:

proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. (...) Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que 'estimulem a compreensão'. (GIL, 2002)

Dessa forma, foi feito o levantamento bibliográfico, pautado na pesquisa de outros trabalhos já produzidos sobre o tema ou que atravessam o assunto. Sendo assim, segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Além disso, Severino (2014), destaca que:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2014)

3.2 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados de acordo com o objetivo do presente trabalho, que busca entender a contribuição das organizações sociais do Terceiro Setor, sob a perspectiva das pessoas gestoras entrevistadas, localizadas na cidade do Rio de Janeiro, para a promoção de políticas públicas de melhoria da qualidade de vida das pessoas negras.

A seleção das organizações que compuseram a pesquisa foi feita com base em uma procura o *Google*, em que foram consultadas organizações sociais relevantes que atuassem com questões raciais, mesmo que não de maneira direta, e que estivessem localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, após a pesquisa realizada, foi feito o primeiro contato via *e-mail* e posteriormente via *whatsapp*, para agendar as entrevistas.

As entrevistas tiveram um roteiro semiestruturado, pois esse permite uma melhor organização das questões sobre o tema estudado, ainda dando liberdade para o entrevistado falar livremente sobre assuntos que possam surgir ao longo do desdobramento da conversa.

A etapa das entrevistas foi realizada de maneira *online* e por meio da plataforma *Google Meet*. Essas foram gravadas com a autorização prévia das entrevistadas.

A presente pesquisa contou com colaboração de três (3) coordenadoras de três (3) organizações sociais do terceiro setor que estão localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Seguem abaixo os dados das entrevistadas e as respectivas organizações que elas atuam, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Coleta de Dados

Nome	Código da Entrevistada	Cargo	Organização
Thais Gomes	Entrevistada 1	Coordenadora Executiva	Observatório de Favelas
Lia Manso	Entrevistada 2	Coordenadora de Projetos	Criola
Claudia Cruz	Entrevistada 3	Coordenadora de Informação	Casa Fluminense

(Fonte: Elaborado pela autora)

3.2.1 Apresentação do Perfil das Organizações

Este tópico tem como objetivo trazer informações que permitam o conhecimento das organizações em que atuam as entrevistadas que participaram da pesquisa, contribuindo para a melhor compreensão do trabalho em questão. As organizações foram escolhidas com base no critério de localização e áreas de atuação, sendo necessário estarem localizadas na cidade do Rio de Janeiro e que suas áreas de atuação atravessassem questões raciais. Segue abaixo, no Quadro 2, o perfil das organizações abordadas na presente pesquisa:

Quadro 2 - Perfil das Organizações

PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES			
Nome	Localização	Frentes de atuação	Como atuam
Observatório de Favelas	Maré	Arte e território; Comunicação; Direito à vida e Segurança Pública; Educação; e Políticas urbanas.	Dedica-se à produção de conhecimento e metodologias visando incidir em políticas públicas sobre as favelas e periferias e promover o direito à cidade.
Criola	Centro	Ação política e mobilização social; e Conhecimento e formação.	Atua na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras e na construção de uma sociedade onde os valores de justiça, equidade e solidariedade são fundamentais.
Casa Fluminense	Centro	Articulação de organizações e cidadãos engajados na construção pública do Rio por meio da colaboração permanente em encontros, cursos e fóruns, e o estímulo à circulação pelo Rio inteiro.	Constrói coletivamente políticas e ações públicas para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com foco na redução das desigualdades, no aprofundamento da democracia e no desenvolvimento sustentável.

Fonte: Elaborado pela autora

É importante destacar que cada uma dessas organizações atravessa as questões raciais e se propõem a atuar de maneira direta na redução das desigualdades, promovendo melhoria de qualidade de vida para a população negra. Apesar dos eixos de atuação delas serem bastante amplos, por estarem comprometida com diversas causas, as suas incidências nos territórios de favela reforçam o caráter racial que perpassa os eixos de atuação de cada instituição. Isso se explica porque a maior parte da população que reside nos territórios de favela no Rio de Janeiro são negras, segundo o Relatório de Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (2017):

Em relação à distribuição espacial, o Censo Demográfico 2010 verificou que, nos dois maiores municípios brasileiros, São Paulo e Rio de Janeiro, a chance de uma pessoa preta ou parda residir em um aglomerado subnormal era mais do que o dobro da verificada entre as pessoas brancas.

Sendo assim, para atender a essas pessoas é necessário pensar políticas que as contemplem suas características, ou seja, a atuação desenvolvida pelas organizações contempla questões raciais. Sendo assim, é válido trazer para o capítulo um pouco da história de cada organização, pois isso contribui para o entendimento da atuação das mesmas com as questões raciais.

A apresentação das organizações começa com o observatório de Favelas, que existe há 20 anos e em todos os seus projetos é possível identificar um grande compromisso da organização no questionamento das estruturas de reprodução das desigualdades no Brasil e a proposição de iniciativas capazes de enfrentar esta realidade por meio do protagonismo das pessoas faveladas, especialmente os negros e as mulheres. A organização atua em cinco (5) diferentes frentes: educação, comunicação, direito à vida e segurança pública, arte e território e políticas urbanas, todas essas frentes mobilizadas na luta por justiça social e democracia radical no país.

Ademais, a segunda organização que contribui para a pesquisa é Criola, que existe há 29 anos e pauta sua trajetória na defesa da promoção dos direitos das mulheres negras e na construção de uma sociedade onde os valores de justiça, equidade e solidariedade são fundamentais. Dessa forma, a atuação da organização visa instrumentalizar mulheres negras para atuar nos espaços públicos, na defesa e ampliação dos seus direitos, da democracia, da justiça e pelo Bem viver.

Por último, a terceira organização que participou do estudo foi a Casa Fluminense, essa atua com foco no enfrentamento às desigualdades, no aprofundamento da democracia e no desenvolvimento sustentável. A Casa foi criada em 2013 e é formada por pessoas, movimentos e organizações engajadas coletivamente na formulação, debate e monitoramento de políticas e ações públicas, dedicando-se à produção de agendas comuns para formação de uma metrópole mais inclusiva, democrática, sustentável, antirracista e que respeita as diversidades.

Após o panorama das organizações, fica mais fácil de enxergar e entender o porquê de cada uma delas ter sido escolhida para fazer parte do estudo e como elas, de maneira direta, representam organizações da sociedade civil que promovem políticas públicas para população negra na cidade do Rio de Janeiro.

3.3 Coleta de dados

A coleta de dados foi feita com base em uma entrevista semiestruturada, *online* e por meio da plataforma *Google Meet*. Tendo o tempo de duração máximo de 40 minutos e contando com três (3) entrevistadas.

O uso de entrevistas semi-estruturadas deu-se, pois de acordo com Laville e Dionne (1999) essas possibilitam maior liberdade de discurso tanto para o entrevistador, quanto para o pesquisador, trazendo uma maior riqueza de dados a pesquisa em relação a possibilidade de se ter uma maior abrangência de conteúdos durante as entrevistas, e com isso, favorecendo as posteriores análises da mesma.

Em alguns relatos das entrevistas, visando assegurar o anonimato de terceiros abordados no diálogo, o nome das pessoas foi mudado para códigos como: colaborador x, y e z.

O roteiro das entrevistas foi elaborado pela autora e visou, além de criar um ambiente confortável para as entrevistadas, compreender os papéis das mesmas dentro das organizações e as suas atuações como promotoras de políticas públicas para população negra da cidade do Rio de Janeiro. Ademais, é válido destacar que apenas as perguntas em negrito foram utilizadas na análise de dados. Segue abaixo, no Quadro 3, o roteiro semiestruturado que norteou as entrevistas.

Quadro 3 - Roteiro das Entrevistas

Roteiro das Entrevistas	
Nº	Pergunta
1	Qual a história da Organização e qual a sua história dentro dela?
2	Há quanto tempo atua na organização?
3	Como você se autodeclara racialmente?
4	Vocês enxergam que o que vocês executam como projetos é uma forma de promover políticas públicas?
5	Vocês acreditam que as ações desenvolvidas pela organização contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas negras da região efetivamente?
6	Vocês têm algum suporte, convênio, parceria com o governo de alguma forma?
7	Quais projetos vocês executam atualmente?
8	Como vocês mensuram os resultados dos projetos?

Fonte: elaborado pela autora

Na coleta de dados foi utilizado o método de análise de discurso, que segundo Vergara (2005), visa não só a apreensão da mensagem transmitida, mas também a exploração do seu sentido mais amplo. Dessa forma, ao analisar o discurso considera-se tanto quem está emitindo a mensagem quanto quem está recebendo-a, bem como o contexto que engloba o discurso. Vergara (2005) ainda destaca:

A análise do discurso presta-se ao leitor cujo objetivo de pesquisa não descarta o conteúdo, ou seja, o que está sendo dito sobre determinado tema, mas vai além. Investiga como o conteúdo é usado para o alcance de determinados efeitos. (VERGARA, 2005)

3.4 Limitações da Pesquisa

Dentre as limitações relacionadas às entrevistas, houve um problema relacionado à questão de disponibilidade dos entrevistados, muitas vezes algumas entrevistas precisaram ser remarçadas por imprevistos, e com isso, houve um pequeno atraso no cronograma.

Além disso, o uso das entrevistas com um roteiro semiestruturado acarretou um pouco de perda de objetividade, deixando o escopo das perguntas muito amplas e abrindo espaço para respostas amplas ainda. Ademais, as entrevistas exigem mais tempo para transcrição e revisão das mesmas.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

O presente capítulo tem como finalidade realizar a avaliação dos dados que foram coletados na pesquisa de campo e compará-los as informações levantadas no referencial teórico, a fim de confirmar ou refutar as proposições expostas na literatura. As considerações serão extraídas dos dados levantados dos diálogos com as pessoas entrevistadas e da análise expositiva dos resultados qualitativos.

4.1 Análise das Entrevistas

Após a realização das entrevistas verificou-se que os pontos de vista das coordenações das organizações sociais do terceiro setor participantes da pesquisa são bastante similares. Nesse sentido, abaixo serão apresentadas as informações, de maneira segmentada por tópicos, baseadas nas perguntas, na revisão de literatura e nas respostas das entrevistas.

Diante do roteiro para as entrevistas realizadas, apontado no capítulo de 3.3 de coleta de dados no “Quadro 3”, as respostas dos entrevistados constam divididas em três categorias, tais quais: 1) O entendimento de políticas públicas das organizações entrevistadas; 2) Aporte do Estado as organizações entrevistadas; e 3) Mensuração de resultados dos projetos executados pelas organizações.

4.1.1 O entendimento de políticas públicas das organizações entrevistadas

De acordo com o entendimento, que foi previamente elucidado na introdução, de que as políticas públicas são uma ação que busca responder a um problema público, as entrevistadas deram seus pareceres de acordo com a visão que as

organizações do terceiro setor em que elas estão inseridas pensam da construção de uma política pública pela sociedade civil.

A pergunta que elucida este tópico é: **Vocês enxergam que o que vocês executam como projetos é uma forma de promover políticas públicas?** A resposta da entrevistada 1, Thais gomes, que atua como Coordenadora do eixo de Direito a Vida e Segurança Pública no Observatório de Favelas, vai além do fato de que a organização se vê como propulsora de políticas públicas, mas tem como princípio a ideia de que é necessário que os sujeitos envolvidos na sociedade devem estar diretamente por dentro da elaboração das políticas, pois é dessa forma que a política se converte verdadeiramente nos anseios do público, ou seja, política pública que de fato é uma ação para o público.

pra nós, o objetivo da produção do conhecimento da elaboração das metodologias, só tem sentido se a gente consegue usar isso para devolver isso socialmente, e daí por isso também, que desde a origem que a gente tem a inflexão de ter os sujeitos periféricos pensando essa produção de conhecimento e também a elaboração de metodologias, porque a gente acredita que esses sujeitos periféricos que estão sendo atravessados pelas demandas sociais e pelos problemas que precisam ser respondidos, se eles não estiverem inseridos nos processos de produção dessa política pública, essa política nunca vai se converter aos anseios desses grupos. (Thais Gomes, Observatório de Favelas, 2022)

Ademais, a entrevistada 2, Cláudia Cruz, que atua como Coordenadora de Informação na Casa Fluminense, reafirmou o panorama da entrevistada 1, mas também acrescentou a ideia de que a organização age de maneira coletiva, ou seja, eles se enxergam como impulsionadores. Mas ainda assim, compartilha da mesma visão da entrevistada 1, acreditando que a visão do território, podendo ser entendido aqui como sociedade, é extremamente necessária para a construção de uma política eficiente e eficaz. Claudia Cruz elucida abaixo:

sim, enxergamos dessa forma, mas a gente não vê isso como sendo feito sozinho. A gente se enxerga como impulsionador. [...] A gente se vê sim, como incubadora, dialogando com os territórios e pensando junto com eles. Numa construção em rede. (Claudia Cruz, Casa Fluminense, 2022)

A entrevistada 3, Lia Manso, que atua como Coordenadora de Projetos na Criola, também parte do mesmo princípio das outras duas entrevistadas e destaca:

Pensando no espaço de política pública que é necessário e que a nossa incidência também acontece gerando constrangimento e cobrança, não tem como dissociar a construção de política pública da atuação da sociedade civil organizada, eu acho que todas as visões que tentam fazer isso, de certa forma, são visões que repetem uma hierarquia de reprodução de um sistema

injusto, onde aqueles que estão em postos decisórios aparentes, são aqueles que definem a política pública. (Lia Manso, Criola, 2022)

Ainda é válido destacar um exemplo prático que a entrevistada 1, Thais Gomes, trouxe. Ela relatou que durante o mandato do Governador Wilson Witzel, foi protocolada uma ação, no Supremo Tribunal Federal, pelo PSB, em que colocou o Estado do Rio de Janeiro como acusado no campo de violação da política de segurança pública, agindo em desrespeito à constituição, à medida que as organizações policiais invadiam domicílios em favelas sem mandato de busca, entre outras ações coercitivas. Quando souberam que a ação estava em curso, o Observatório de Favelas integrou a coalizão de movimentos sociais e organizações da sociedade civil junto a Defensoria Pública, para dar andamento a ação e entender como a sociedade civil poderia contribuir. Posteriormente a ação foi batizada como ADPF das Favelas.

Parte dos movimentos e organizações sociais que estavam envolvidos na ação conseguiram participar do processo na condição de *amicus curiae*, que na língua portuguesa significa “Amigos da Corte”. Essa categoria confere aos participantes o direito de contribuir com informações para a decisão do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, ao invés dos familiares de vítimas de violência e dos movimentos de favela ficarem apenas na figura de depoentes, eles puderam contribuir de maneira ativa com informações e dados.

A entrevistada trouxe que apesar da organização não ter participado da ação na condição de *amicus curiae*, eles estavam dentro da coalizão e se inscreveram para falar com o STF em uma audiência. Nela, as organizações da sociedade civil envolvidas conseguiram apresentar ao juiz os planos da organização para a redução da letalidade policial do estado.

A ação ainda está em curso, mas no trânsito da ação, algumas medidas cautelares foram tomadas, como por exemplo, em algum momento da pandemia, os policiais estavam proibidos de fazer ações policiais em território de favela⁴, e isso reduziu em um número relevante de mortes em determinado período.

⁴ O documento pode ser acessado pelo endereço <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código: 0FBF-8383-011E8B29, e senha: 0F7E-9859-E856-017E

O caso da ADPF das Favelas é uma forma de demonstrar como a sociedade civil incide também em melhorias para as políticas já vigentes. Thais Gomes afirma:

A gente se sente promotor de política pública, incidente em melhorias nas que a gente já tem e também propositores na elaboração de novas políticas. Seja no campo do que a gente consegue elaborar coletivamente, ou seja no aspecto normativo do que é a política social mesmo, promovida pelos gestores públicos. (Thais Gomes, Observatório de Favelas, 2022)

Portanto, a ação da sociedade civil é de extrema importância, não só para a promoção das políticas públicas, mas também de revisão e acompanhamento daquilo que já está em vigor.

4.1.2 Aporte do Estado as organizações entrevistadas

Com a Reforma do Estado nos anos 90, buscou-se entender como o mesmo se relaciona com as organizações sociais do terceiro setor no aporte de recursos, financeiro ou não, aponta Amaral (2003). Além disso, estudiosos apontam um estreitamento de laços entre a sociedade civil e o Estado, pensando-se novos moldes de pensar políticas públicas. Sendo assim, a pergunta base para nortear este tópico tem a ver com a relação do Estado com as organizações sociais da sociedade civil e ela é a seguinte: **Vocês têm algum suporte, convênio, parceria com o Governo?**

Ademais, é importante destacar que, mesmo trazendo como base do trabalho a definição de que as políticas públicas são uma ação que busca responder a um problema público, entende-se aqui que o Estado também é um promotor de políticas públicas e deve desempenhar um papel de apoio na elaboração e fiscalização dessas políticas quando realizadas por outros agentes.

A entrevistada 1 relatou que durante a trajetória da organização a relação com financiamento para projetos partindo do Estado acontece e que hoje eles realizam a gestão da Arena Dicró, na Penha, que é um espaço da prefeitura do Rio de Janeiro, mas gerido pelo Observatório de Favelas. Além disso, Thais Gomes destaca:

Temos alguns projetos no campo das artes que estão sendo financiados pela lei de incentivo à cultura, a lei rouanet, que foi uma conquista recente. A gente ganhou alguns editais no final do ano que também são cobertos pela lei rouanet. Já tivemos outras parcerias. (Thais Gomes, Observatório de Favelas, 2022)

Já a entrevistada 2 trouxe um ponto de vista contrário em relação ao aporte do Estado a organização, trazendo como embasamento a ideia de que, caso o poder

público passe a intervir de maneira financeira na organização, isso pode influenciar de forma negativa nas tomadas de decisão. A entrevistada, Claudia Cruz, destaca:

[...] é importante para a Casa Fluminense ter autonomia, para num momento como agora, em que iremos fazer entrevistas com alguns candidatos para o governo do Estado e não iremos fazer isso com o Claudio Castro, porque a Casa acredita que ele diretamente desenvolve uma política de segurança pública que mata a população preta e favelada. (Claudia Cruz, Casa Fluminense, 2022)

Entende-se, portanto, que existe benefício em atuar com convênios e parcerias junto ao Governo local, no entanto pode vir a ser algo prejudicial para a liberdade de atuação da organização em algum momento.

4.1.3 Mensuração de resultados dos projetos executados pelas organizações

Para além de elaborar uma política pública, é de extrema importância ter mecanismos que possibilitem a mensuração dos resultados daquela política. Isso porque a ideia de que as políticas devem responder aos anseios da sociedade, tendo as pessoas que são afetadas pelos problemas sociais como agentes das políticas, precisa ser medida para saber se o que está sendo proposto, de fato responde às necessidades do coletivo.

O argumento deste tópico foi traçado com base nas respostas dadas à seguinte pergunta: **Como vocês mensuram os resultados dos projetos?** A entrevistada 1, Thais Gomes, trouxe que a mensuração de resultados varia de acordo com o eixo de atuação dentro da organização. Ela deu de exemplo o eixo de cultura, que consegue mensurar o impacto de uma maneira mais simples, pois atuam com atendimento direto ao público, podendo mensurar, por exemplo, o número de visitas a determinado evento que eles conduzem.

A entrevistada 2, Claudia Cruz, falou sobre o “Curso de Políticas Públicas” ofertado pela Casa Fluminense e a forma como alguns alunos que passaram pelo curso, voltaram para trabalhar na organização, ou seja, esse é um indicador de mensuração de resultado dos impactos do curso na vida da pessoa que realizou o mesmo. Abaixo segue um trecho da fala da Claudia Cruz:

Vou te dar um exemplo que eu acompanho de perto para ilustrar: Atualmente o curador do fórum rio foi aluno do curso de políticas públicas da casa fluminense. O colaborador X, que é atualmente assessor de mobilização, conheceu a casa pela construção da Agenda Queimados. A colaboradora Y é assessora de mobilização e conheceu a casa pela Agenda Ressuscita São Gonçalo. Esses são exemplos incríveis, então, sabemos que nem todas as

peças que têm contato com a casa, seja pelo curso, seja pelo fundo, vão conseguir pegar aquele aprendizado, ou aquela troca de saberes, ou aquela metodologia e modificar tudo o que acontece ao seu redor, isso depende de vários fatores, infelizmente não temos controle, a gente pode até dar as ferramentas, mas a pessoa pode não conseguir. (Claudia Cruz, Casa Fluminense, 2022)

É possível já perceber, com a fala da Entrevistada 2, que apesar dos resultados incríveis que ela consegue acompanhar atuando na organização, a mensuração do mesmo é muito variável e conta com diversos fatores externos à atuação da instituição em que atua.

Adiante, voltando na Entrevistada 1, ela também trouxe que a mensuração de resultados dentro do Observatório de Favelas, organização em que atua, não acontece de maneira tão simples e é estruturada dentro de cada eixo de atuação. Além disso, ela relatou que como a organização não tem por costume a atuação direta com o público isso dificulta a mensuração dos resultados. A Entrevistada 1 aponta que:

No geral, a nossa métrica é se conseguimos incidir em um projeto de lei, se conseguimos impactar numa ação como a citada sobre o STF, se a gente consegue, por exemplo, articular outros sujeitos em rede, nessa perspectiva de réplica. (Thais Gomes, Observatório de Favelas, 2022)

Ainda trouxe que no eixo de Direito à vida e Segurança Pública eles realizaram duas edições de um curso voltado para instrumentalização de mulheres negras e/ou periféricas em relação a violência de gênero. Sendo assim, o objetivo do curso é ampliar as percepções das mulheres em relação a violência de gênero e que essa ampliação possibilite um desdobramento nos fazeres políticos que elas desempenham em seus territórios. Thaís gomes destacou na entrevista que:

Uma maneira da gente avaliar o impacto disso é sabendo quantas mulheres a gente consegue manter na formação e como essas mulheres absorvem o conteúdo e como estão conseguindo replicar no seu território. Não é uma métrica fácil, porque leva tempo. (Thais Gomes, Observatório de Favelas, 2022)

Já, a entrevistada 3, Lia Manso, pontuou que dentro da organização Criola a mensuração movimenta-se muito. Ela trouxe que eles se norteiam por objetivos institucionais e que a partir deles a organização constrói e coordena projetos e ações políticas específicas. Além disso, são desenhados indicadores, objetivos específicos e propostas de resultados que possam refletir os objetivos institucionais, ou seja, os objetivos micro precisam levar até os objetivos macro.

Ela destacou que dentro dos objetivos institucionais tem-se hoje, a construção de metodologias e pesquisas e a divulgação e difusão dessas metodologias e pesquisas, sendo esse o objetivo institucional macro. Como exemplo, em 2020/2021, a organização realizou um projeto para uma financeira dentro da área de autonomia sexual e dentro do projeto existia um objetivo, que era a produção de pesquisa na área de justiça reprodutiva, dessa forma, construíram um dossiê (dossiê mulheres negras e justiça reprodutiva), ou seja, por meio da criação do dossiê, responde-se, para além da financiadora e da sociedade, o objetivo institucional macro de produzir metodologia e pesquisa. A entrevistada destaca:

Ele (o dossiê) tá ali dentro, ligado a um projeto, mas na verdade, o que queremos enquanto organização, para além de realizar o projeto e responder a financiadora, é responder a sociedade, e também dentro dessa resposta a sociedade, correlacionar com o nosso objetivo institucional que é a produção de metodologia e pesquisa. (Lia Manso, Criola, 2022)

Neste tópico fica claro que a mensuração dos resultados pelas organizações sociais acaba sendo relativa a cada projeto desenvolvido e atuando de maneira específica, adequando-se à realidade do que está sendo desenvolvido. Ademais, todas as entrevistadas trouxeram panoramas de como as instituições que trabalham mensuram os resultados, mas mais do que isso, trazem a preocupação em gerar os resultados para os beneficiários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como proposta entender como as organizações sociais do terceiro setor, localizadas na cidade do Rio de Janeiro, sob a perspectiva das pessoas gestoras entrevistadas, contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas de melhoria de qualidade de vida das pessoas negras, sendo os objetivos do trabalho: demonstrar a relevância das organizações sociais do terceiro setor para o arcabouço da promoção das políticas públicas; apontar como as organizações enxergam o conceito de políticas públicas, e, por fim, indicar como é feita a mensuração dos resultados dessas políticas.

Neste estudo foi trabalhado especificamente o recorte racial, pois a sociedade brasileira, apesar de contar com uma população majoritariamente negra, ainda é muito permeada por estruturas discriminatórias e preconceituosas. O racismo é uma

questão de ordem pública e o seu combate deve partir de todas as camadas da sociedade.

A pesquisa teve o intuito de trazer a informação de que uma sociedade civil organizada permite uma diversidade de estruturas e soluções que proporcionam efetividade em suas propostas, além de permitir uma participação mais direta dos beneficiários na formulação de soluções para as questões que envolvem eles mesmos. Por esse lado, ao elaborar uma política pública, ou seja, uma solução para um problema público, as organizações sociais conseguem traduzir de maneira mais eficaz os anseios da população afetada, pois apresentam contato mais direto com as pessoas, como foi pontuado pelas entrevistadas. Sendo assim, as organizações sociais do terceiro setor entendem que mais do que realizar as políticas, esse fazer é coletivo e deve partir dos territórios onde as pessoas negras estão presentes. Sendo assim, fica clara a relevância dessas organizações para o ramo da construção das políticas públicas.

Além disso, a pesquisa trouxe informações relevantes sobre como o Estado tem atuado em relação ao aporte, de origem financeira ou não, pela perspectiva das organizações entrevistadas, na função de parceiro. Sendo visto por um lado como um agente parceiro e com uma perspectiva positiva, mas por outro lado como um setor que pode inferir de maneira controladora sobre a liberdade de ação da organização social.

Ademais, alguns entraves surgiram quanto à mensuração dos resultados dos projetos realizados pelas organizações. Neste contexto, levando em consideração a análise de resultados conclui-se que, embora as organizações tenham demonstrado entender a importância de mensurar os resultados das iniciativas realizadas por elas, ainda há um caminho a ser trilhado quanto a mecanismos de mensuração destes resultados. Nessa perspectiva, notou-se que, como muitas das iniciativas atuam com conscientização e capacitação da população, a métrica desse tipo de atuação não é tão simples, sendo esse um desafio a ser superado.

Entende-se, portanto, que a pesquisa conseguiu fornecer informações necessárias para atingir os objetivos pré-estabelecidos e para tanto, foi trilhado um caminho desde a evolução do papel das organizações sociais do terceiro setor como promotoras de políticas públicas, sob a perspectiva das pessoas gestoras entrevistadas, até o entendimento de como essas organizações atuam nas causas raciais. Dessa forma, o terceiro setor é um setor de atuação extremamente relevante

e necessário para identificar e criar soluções que de fato respondam aos problemas públicos. Além disso, o presente trabalho trouxe um pouco do panorama de como o setor pode e consegue criar soluções que englobam a temática racial que é tão relevante e necessária, visto que ainda tem-se uma longa caminhada contra o racismo no Brasil.

5.1 Sugestões para futuras pesquisas

Acredita-se que seja imprescindível aprofundar os estudos relacionados ao tema de promoção de políticas públicas por agentes diferentes do tradicional, que é o primeiro setor, o Estado. Principalmente no que diz respeito às pessoas negras da cidade do Rio de Janeiro, que é uma cidade com um grande contingente de pessoas negras. Para isso, é necessário realizar pesquisas com mais organizações do terceiro setor e entender mais sobre os projetos que essas entregam para a população em questão.

Ademais, é de suma importância que se faça um estudo crítico sobre a passagem da divisão da responsabilidade da promoção de políticas públicas para as organizações sociais. Sendo assim, é necessário que realizem pesquisas que analisem criticamente a forma como o terceiro setor tem desempenhado o papel de promover as políticas, como o Estado tem apoiado e como a sociedade tem percebido isso.

É válido destacar ainda, que seria muito necessário realizar estudos que contemplem a população que é beneficiada com as políticas, trazendo assim a percepção deles sobre que tipos de soluções para os problemas públicos da população negra estão sendo entregues e se estes respondem às necessidades reais dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Sívio. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Pólen, 2018.
- AMARAL, A. V. **Terceiro setor e políticas públicas.** Revista do Serviço Público, [S. l.], v. 54, n. 2, p. p. 35-59, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v54i2.266. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/266>
- BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N. MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política.** 12 ed. V.2. Brasília: Editora da UNB, 2002.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 45, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000300004 & script=sci_arttext & tlng=pt.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado.** Brasília. Escola Nacional de Administração Pública. 1999. Disponível em: <http://bresserpereira.org.br/papers/1998/93SociedadeCivil.pdf>
- CUNHA, Lucas. **“SOCIEDADE CIVIL”, REFORMA DO ESTADO E OS DESAFIOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL.** Perspectivas em Políticas Públicas. Vol. VI, Nº 12, 2013. Belo Horizonte. Disponível em: [file:///C:/Users/gabss/Downloads/lucianasouza-journal-manager-artigo4-ppp12%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/gabss/Downloads/lucianasouza-journal-manager-artigo4-ppp12%20(1).pdf)
- HÖFLING, Eloísa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Cadernos Cedes (ISSN 0100-3262). v. 21, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?lang=pt>
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- DEMO, Pedro. **Introdução a Metodologia da Ciência.** 2º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1985. Disponível em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/fetch/74301206/DEMO-Introducao-a-Metodologia-da-Ciencia.pdf>
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** 1ª Ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213854/000728742.pdf?sequence=1>
- HEIDEMANN, Francisco G. . **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento.** In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. (Org.). Políticas

Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 2.ed. Editora Universidade de Brasília, 2010. cap. 1, p. 23-40

HERINGER, Rosana. **Mídia e Racismo. Estudos Afro-Asiáticos**, v. 24, n. 3, p. 631–634, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/sqxP3HJB58RwMKVHNPCdNyw/?lang=pt&format=pdf>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica • n.41, [s.l.: s.n.], 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO EM ATIVIDADE NO BRASIL**. Rio de Janeiro: Ipea, 2022.

Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/201230_ri_perfil_organizacoes.pdf

JORGE, Diego da Silva.; BESERRA, Maria Ruth Borges.; MOURA, Tânia Fátima de. **MOVIMENTO NEGRO: A ATUAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO COMO FATOR DE CONVERSÃO DE SUAS DEMANDAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS**. Caderno Virtual, [S. l.], v. 1, n. 32, 2016. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/1189>

LAVILLE, Christian; Dionne, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre. Artmed. Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/287028/mod_resource/content/1/Laville%2C%20Christian%20%20Dionne%2C%20Jean_A%20Construcao%20do%20Saber%20%28completo%29.pdf

LIMA, Waner Gonçalves. **Política pública: discussão de conceitos**. NEMAD - Núcleo de educação, meio ambiente e desenvolvimento, [S.l.], Ed. nº 5, p. (49-54), 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/gabss/Downloads/370-Texto%20do%20artigo-1278-1-10-20121114%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/gabss/Downloads/370-Texto%20do%20artigo-1278-1-10-20121114%20(1).pdf)

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA, 1986. Disponível em:

https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2431625/mod_resource/content/1/Pesquisa%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Abordagens%20Qualitativas%20vf.pdf

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003.

MEDEIROS, Sônia Tavares. **Contribuição do Disque Racismo para o combate da desigualdade de raça no Distrito Federal Brasília**. Orientadora: Ms. Joanne Neves Fraz. 2014. Curso de especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, DF. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/12886/1/2014_SoniaTavaresMedeiros.pdf

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); GOMES, Suely Ferreira Deslandes. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 26ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OMS. The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. *Social science and medicine*. v.41, n.10, 1995, p.403-409.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. **Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira**. *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 108, p. 761–778, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300007
Acesso em: 7 Apr. 2021

Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões De Concursos**. 3º ed. Florianópolis: Cengage Learning, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1º ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5562413/mod_resource/content/1/Metodologia-Do-Trabalho-Cientifico-23%C2%AA-Edicao-Severino-EBOOK-Escolhido.pdf

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf

GONÇALVES, Carmen Sílvia Mendes Alves Pereira. Orientadora: Profa. Dra. Sandra A Lopes Barbon Lewis. **O terceiro setor como consecutor de políticas públicas sociais**. 2006. 180p. Dissertação (Mestrado em Direito Negocial) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina - UEL, Londrina, 2006. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/teste/arqs/cp023492.pdf>.

THEODORO, M. **Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 205–219, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/18484>

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Editora Atlas, 2005. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxvcmlbnRhY2FvZ2VzdGFvcHVibGljYXxneDo2MTgwZmVjMTAyM2JINzFI>

Universidade Federal de Goiás. **História e cultura afro-brasileira e africana** [recurso eletrônico] / Organização Cristina de Cássia Pereira Moraes; autores Alexandre Martins de Araújo... [et al.]. – Goiânia : Gráfica UFG, 2016. Disponível em: <https://historiaecultura.ciar.ufg.br/modulo1/capitulo1/index.html>